

Rodrigo Rossi Morelato¹

A Feira Agroecológica da Serra da Misericórdia: história, sociabilidade e consumo na Zona Norte do Rio de Janeiro

The Serra da Misericórdia Agroecological Fair: history, sociability and consumption in the North Zone of Rio de Janeiro

RESUMO

Este artigo tem por objetivo descrever e analisar a origem de processos de sociabilidade e suas transfigurações em práticas de consumo a partir de acontecimentos na pequena comunidade Sérgio Silva, localizada nas encostas da Serra da Misericórdia, na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. Fundamentado na etnografia urbana, este relato atravessa a história da constituição da paisagem da cidade, tece comentários sobre um remanescente verde e narra a origem de uma comunidade emocional de aspecto neotribal autodenominada “verdejante”. Também menciona como o medo se torna um fator mediador das relações com o espaço e descreve como um espaço de consumo e sociabilidade opera a diferenciação na cidade.

Palavras-chave: comunicação; consumo; sociabilidade; agroecologia; Serra da Misericórdia - RJ.

ABSTRACT

This article aims to describe and analyze the origin of sociability processes and their transfiguration into consumer practices, based on events at a small community called Sergio Silva, located near Serra da Misericórdia, in the northern zone of the city of Rio de Janeiro. Founded in urban ethnography, it recounts a history of the constitution of the city's landscape, comments on the remnant vegetation and narrates the origin of an emotional community of neo-tribal aspect, self-denominated “verdejante”. It also mentions how fear becomes a mediating factor in relationships with space, and describes how spaces of consumption and sociability operate differentiation in the city.

Keywords: communication; consumption; sociability; agroecology; Serra da Misericórdia - RJ.

¹ Radialista e Operador de Câmera, Bacharel em Cinema pela Universidade Federal Fluminense, Mestre em Comunicação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutorando pelo PPGCOM-UERJ. E-mail: rodrigomorelato@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

No dia 23 de fevereiro de 2019, aconteceu no largo que dá acesso à comunidade Sérgio Silva (bairro Engenho da Rainha) a primeira edição da Feira Agroecológica da Serra da Misericórdia, que foi realizada como uma nova forma de sensibilização à necessidade de preservação do último remanescente florestal da Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro.

Neste texto, esse espaço de sociabilidade e consumo é apresentado segundo uma perspectiva etnográfica que busca narrar a aventura das cidades, pois quando “[...] a experiência de campo inspira a teoria, é possível conseguir uma inteligibilidade dos fenômenos que pouco tem de interpretação, é mais uma forma de experimentação, agora com o pensamento e a escritura” (CAIAFA, 2007, p. 140).

Esta pesquisa tem se desenvolvido nos arredores da Serra da Misericórdia desde 2015; embasa-se na observação participante, na manutenção de diários de campo e na modulação das experiências do pesquisador em textos nos quais uma enunciação coletiva (CAIAFA, 2013, p. 38) tenta ser alcançada através da valorização das vozes dos interlocutores.

A primeira seção deste artigo tece comentários sobre parte da história e do imaginário do Rio de Janeiro, uma cidade coberta de florestas e marcada por processos de singularização e mercantilização. Na sequência, apresenta-se o lugar onde se desenrola o estudo, a última área verde da Leopoldina, enorme espaço onde esperança e medo atravessam a trajetória coletiva de uma “tribo” de relacionamentos (MAFFESOLI, 2004), que teima em proteger e ressignificar esse fragmento florestal: os *verdejantes*. Na sequência, descrevo a realização de uma prática dialógica que exerce uma série de trocas interessadas: a pequena feira que possibilita aos moradores da comunidade o acesso não só a alimentos saudáveis de procedência agroecológica, mas também à história de um ambientalismo marcado pelo localismo, onde a biografia das coisas tem papel fundamental.

Seguindo de perto a trajetória coletiva *verdejante*, este texto pretende apresentar como espaços de sociabilidade e consumo podem ser entendidos enquanto operadores da diferenciação (CAIAFA, 2007, p. 93) presentes na cidade, fazendo vigorar a urbanidade, a diversidade cultural e o exercício da alteridade na cidade do Rio de Janeiro.

2 UMA CIDADE DE FLORESTAS

A cidade do Rio de Janeiro é de certo modo conhecida como um espaço maravilhoso onde a intervenção humana e os elementos naturais apresentam rara confluência convenientemente cultivada na constituição de uma paisagem, ou seja, de uma cultura muito particular: a metrópole é atravessada por áreas verdes de rara beleza cuja trajetória tem relação com processos de singularização e mercantilização do espaço.

Talvez o mais conhecido dentre esses espaços seja a Floresta da Tijuca, que recentemente foi agraciada com o título de “paisagem cultural” da Organização das

Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)². Local de grande afluência de turistas, verdadeiro cartão-postal da cidade, vale lembrar que nem sempre as escarpadas encostas da Tijuca foram cobertas de verde.

Ao longo dos séculos XVIII e XIX, havia nessa montanha inúmeras fazendas envolvidas na empreitada econômica da colônia e do império. Num primeiro momento, a madeira de suas árvores era utilizada para manutenção e construção das embarcações que passavam pelo porto da cidade (CAVALCANTI, 2004); com a chegada do café, às vésperas do império, o restante da floresta foi derrubado para a produção dessa nova riqueza que fazia a vida dos barões.

Quase totalmente arrasadas, as encostas da Tijuca cobraram da cidade o seu preço, pois durante muito tempo o Rio de Janeiro conviveu às beiras do colapso: quase não havia água potável na cidade (CAVALCANTI, 2004).

Por sua origem militar, a urbanização do Rio de Janeiro teve por predileção espaços propícios à defesa de possíveis investidas inimigas – num primeiro momento os arredores da Urca e, posteriormente, o Morro do Castelo –, onde as fontes de água eram escassas. Com o aterramento das lagoas que circundavam o Morro do Castelo e a poluição e assoreamento do rio da Carioca, coube ao imperador desapropriar as fazendas de café do baronato e reflorestar toda a montanha: eram das encostas da nova Floresta da Tijuca que pequenas nascentes e olhos d'água poderiam, uma vez mais, abastecer os chafarizes que matavam a sede dos cariocas (DEL PRIORE, 2016).

Na Zona Oeste, espaço que outrora foi denominado de “Sertão Carioca” (CORRÊA, 2017), a “maior floresta urbana do mundo”³ viceja em plena cidade. Nesse sertão havia enorme fazenda jesuítica que abastecia de alimentos não apenas a cidade do Rio de Janeiro, mas também todo um interior do país onde começava a brilhar o ouro descoberto pelos bandeirantes (CAMPOS, 2010). Com as reformas pombalinas e a expulsão dos jesuítas, tal fazenda se desfez, seu gado se tornou bravio e a área foi quase totalmente desocupada, salvo a presença de uma série de quilombos voltados à produção de uma curiosa variedade de hortifrutigranjeiros (MATTOS *et al.*, 2017) até os dias de hoje.

No ano de 1974, um dos últimos suspiros do então Estado da Guanabara (1960~1975) foi a promulgação de uma lei⁴ que instituía uma nova área de preservação: o Parque Estadual da Pedra Branca. Seguindo a tradição autoritária nacional, essa nova área protegida foi criada sem a participação da sociedade civil, talvez segundo o mítico imaginário de uma natureza intocada (DIEGUES, 2008), que vê na presença humana um obstáculo às demais formas de vida, criando uma série de

2 RIO de Janeiro é 1ª paisagem cultural urbana declarada Patrimônio Mundial da UNESCO. Nações Unidas Brasil, Rio de Janeiro, 8 dez. 2016. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/rio-de-janeiro-e-1a-paisagem-cultural-urbana-declarada-patrimonio-mundial-da-unesco/>. Acesso em: 18 ago. 2019.

3 A MAIOR floresta urbana do mundo fica na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Globo ecologia, Rio de Janeiro, 11 jun. 2011. Disponível em: <http://redeglobo.globo.com/globoecologia/noticia/2011/06/maior-floresta-urbana-do-mundo-fica-na-zona-oeste-do-rio-de-janeiro.html>. Acesso em: 18 ago. 2019.

4 RIO DE JANEIRO. Lei Estadual n. 2.377, de 28 de junho de 1974. Cria o Parque Estadual da Pedra Branca e dá outras providências. Rio de Janeiro: Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara, [1974]. Disponível em: <http://www.inea.rj.gov.br/cs/groups/public/documents/document/zwew/mde3/-disp/inea0017768.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2019.

imbróglis desde então com as pequenas propriedades rurais que até hoje existem em seus arredores e, curiosamente, fazendo com que esses pequenos agricultores cercados pela cidade resgatem um imaginário sertanejo (FERNANDEZ, 2011).

Nas franjas dessas áreas protegidas, até os dias de hoje, uma curiosa variedade de hortifrutigranjeiros é produzida, sendo comercializada por feiras de rua que pontilham a cidade. Desde 2009 esses pequenos agricultores se agremiam numa rede de agricultura urbana que preza pela comunicação das histórias desses alimentos de origem local. Nesse contraditório entre áreas protegidas (singularizadas) e produtivas (mercantilizadas), disputas tecidas dentro do jogo cultural que constitui a cidade, esses pequenos agricultores tentam salvaguardar a mercantilização de uma singularização total das terras da cidade, como gostariam os que separam pessoas e coisas.

Uma vez que “[...] as sociedades têm necessidade de resguardar uma determinada parte de seu ambiente, delimitando-o como ‘sagrada’, [sendo] a singularização um meio para alcançar esse fim” (KOPYTOFF, 2008, p. 100), são esses pequenos produtores agrários que nos lembram os problemas especiais que a singularização pode trazer: caso todas as terras da municipalidade sejam organizadas pelo dualismo entre urbanas e florestais, separando pessoas de coisas e negando o rural que subsiste na cidade, grande abismo entre a biografia desses alimentos saudáveis e o conhecimento do consumidor se instala.

Há, no entanto, outra montanha coberta de verde – isto é, ao menos em parte – que marca a paisagem da cidade: a Serra da Misericórdia, o último remanescente de Mata Atlântica da Zona Norte, que se eleva no coração da sua área mais densamente urbanizada e traz outros debates quanto às relações entre pessoas e coisas.

3 A ÚLTIMA ÁREA VERDE DA LEOPOLDINA

A falta d’água que incentivou o reflorestamento da Tijuca também trouxe mudanças significativas para o imenso subúrbio onde se localizavam as freguesias de Inhaúma e Irajá. Separadas pelo maciço da Serra da Misericórdia, essas antigas freguesias se viram cortadas por estradas de ferro ao longo do século XIX, as quais, ao menos em parte, foram construídas para facilitar o abastecimento da cidade através da edificação de uma estação de tratamento e das adutoras que desciam da Serra do Tinguá, abastecendo o Rio de Janeiro de água até os dias de hoje (ABREU, 2013).

Nesses arredores conhecidos por serem as terras onde Carlota Joaquina (1775~1830) possuía um engenho – há bairro homônimo e contemporânea estação metroviária que lhe faz homenagem –, se fez a aclimatação do café no sudeste brasileiro (CAVALCANTI, 2004) e se instalaram algumas das primeiras indústrias do país graças aos ramais ferroviários que, partindo do centro da cidade, foram edificados na busca pela água potável.

Facilitado o acesso pelas vias férreas, a Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro teve suas fazendas de cana e café transformadas em imenso subúrbio industrial

onde, nos dias de hoje, atividades tão agressivas como a mineração ainda acontecem ao dinamitar a montanha para a produção de brita (SIMAS, 2007).

Se no passado a inovação que esse espaço conheceu se deve pela aclimação do café, o “ouro verde” que permitiu a ascensão e consolidação de uma nova elite dirigente do país, no presente, novas formas de agricultura têm se desenvolvido nesse espaço, sobretudo o plantio em pequena escala através de hortas comunitárias, lajes e vielas das favelas que circundam a Serra da Misericórdia. A origem dessas novas formas de produção agrária tem relação com a sociabilidade que atravessa o subúrbio (CHAO; MAIA, 2016), como no caso de uma curiosa agremiação de atores sociais que, desde meados dos anos 1990, se encontram empenhados na preservação da última área verde da Leopoldina.

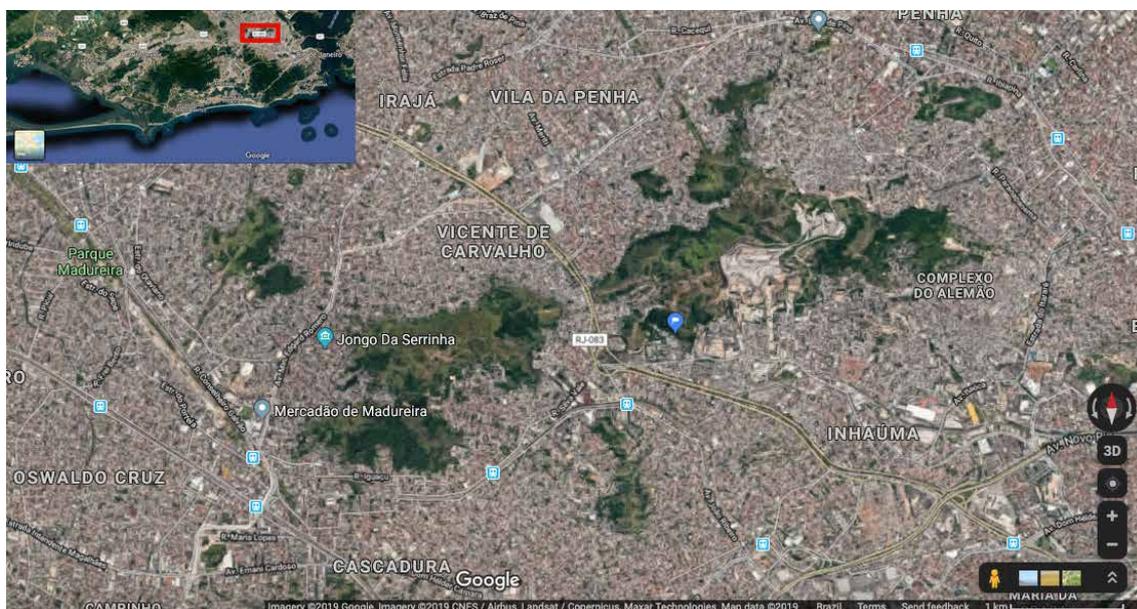


Figura 1: Cidade do Rio de Janeiro e Serra da Misericórdia.

Fonte: Google Maps (2019).

Cercada por vinte e seis bairros, dentre os quais cinco complexos de favelas, a Serra da Misericórdia – antigo divisor natural de bacias hidrográficas e das freguesias imperiais – é o mais expressivo remanescente verde da Zona Norte da cidade, sua área mais densamente urbanizada. Enquanto em outras áreas de planejamento⁵ da cidade a proporção de áreas verdes por habitante atingem patamares como 85m² por habitante, caso da Zona Oeste, por exemplo, na Zona Norte, essa proporção cai para espantosos 1m² por habitante (RIO DE JANEIRO, 2018), valor muito inferior aos 12m² por habitante recomendados pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como mínimo necessário à vida saudável.

Nos anos 1990, uma série de atividades de viés comunitário buscavam a garantia do direito a áreas verdes para os moradores dos arredores da Serra da Misericórdia. Contavam com uma rádio comunitária, atividades de reforço escolar, constituição de

5 O Rio de Janeiro é dividido em cinco Áreas de Planejamento, porém quase a totalidade da Zona Norte se encontra na Área de Planejamento 03.

associações de moradores e outras iniciativas as mais diversas. Através de um grande fórum realizado por esses movimentos sociais no ano de 2001, se redigiu coletivamente um precioso documento, *A Carta da Serra da Misericórdia*, a qual sistematiza os desejos locais para o remanescente verde: deveria se tornar a Área de Preservação Ambiental e Recuperação Urbana (APARU)⁶ da Serra da Misericórdia – contando assim com revisão do ordenamento do solo, proteção de nascentes, reflorestamento, manejo de trilhas e atividades de educação ambiental –, que, concentrando políticas públicas, garantiriam o direito à cidade para os moradores da Zona Norte.



Figura 2: Frontispício da Carta da Serra da Misericórdia.

Fonte: Acervo Pessoal.

6 Figura jurídica exclusiva da cidade do Rio de Janeiro, fruto dos debates que a cidade conheceu na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO-92).

De lá para cá, uma série de avanços e retrocessos marcaram essa trajetória coletiva. Se por um lado a história da preservação da Serra da Misericórdia manifesta uma vez mais o autoritarismo que envolve as práticas preservacionistas no país – com um primeiro decreto datado do ano de 2000⁷, instituído unilateralmente pela Prefeitura sem a consulta à sociedade civil, daí a necessidade do Fórum e da Carta da Serra, sendo essa conquista parcialmente descaracterizada por um decreto substitutivo dez anos depois⁸ –, por outro, por ocasião da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), foi anunciado com grande pompa um convênio entre o extinto Ministério das Cidades, a Caixa Econômica Federal e a Prefeitura do Rio de Janeiro, através da Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Esse convênio aportou recursos na ordem de R\$15 milhões para a implementação do Parque Urbano da Serra da Misericórdia – parte mais sensível da APARU –, conforme as atribuições a ele delegadas pelo decreto municipal.

Ao longo desses quase vinte anos, apesar das aparentes conquistas e inúmeras promessas, a Área de Preservação Ambiental e Recuperação Urbana da Serra da Misericórdia jamais foi implementada – sendo que o montante doado pelo extinto Ministério das Cidades foi, inclusive, devolvido à Caixa Econômica pela Prefeitura do Rio de Janeiro, evidenciando o oportunismo ou a falta de desejo político na preservação da última área verde da Leopoldina.

Dentre as associações envolvidas nessa jornada pela preservação da Serra da Misericórdia, responsáveis pelas disputas dos rumos da política pública, apenas uma sobrevive hoje em dia. Ela faz perdurar a memória dessas lutas e reinventa suas práticas ambientalistas na defesa do maciço misericordiano: são os *verdejantes*, uma “tribo” de relacionamentos (MAFFESOLI, 2004).

4 A SEDUÇÃO DO MITO E A DISSUAÇÃO DO MEDO

Narrativas que circulam pela cidade informam que, em meados dos anos 1990, um morador da Comunidade Sérgio Silva (bairro Engenho da Rainha), carpinteiro e saudoso agricultor urbano, acabou por agremiar uma “tribo” de relacionamentos (MAFFESOLI, 2004) à medida que realizava as primeiras atividades preservacionistas conhecidas pela Serra da Misericórdia.

Maratonista, era pelas trilhas então aparentemente inéditas que cortam essa montanha que ele realizava seus treinos e sempre carregava consigo alguns sacos plásticos com os quais recolhia o lixo que anônimos vinham despejar nessas encostas escarpadas. No mês de junho, época de secas, ele atravessava a montanha durante toda a noite à caça dos balões que, ao se esgotarem e caírem do céu, ameaçavam arder em chamas todo o ressecado capim-colonião que cobria o quarto maciço da cidade.

Ao longo do tempo, essas atividades preservacionistas desenvolvidas por Luiz Marins (1957~2011) acabaram por chamar a atenção de outros moradores dos arredores. Certo dia, esses vizinhos “se encontraram no meio do caminho” num do-

7 Trata-se do Decreto Municipal 19.144/2000.

8 Trata-se do Decreto Municipal 33.280/2010.

mingo pela manhã: todos iam plantar mudas que tinham feito em suas casas. Desse encontro fortuito floresceu o desejo de estar-junto e transformar essa redondeza “sem paz, pálida e poluída” num espaço mais verde.

Vale lembrar que

[...] o estar-junto é um dado fundamental. Antes de qualquer outra determinação ou qualificação ele consiste nessa espontaneidade vital que assegura a uma cultura sua força e solidez específicas. Em seguida essa espontaneidade pode se artificializar, quer dizer, se civilizar e produzir obras (políticas, econômicas, artísticas) notáveis. Sempre será necessário, entretanto, mesmo que seja apenas para apreciar suas novas orientações (ou re-orientações) retornar à forma pura que é o “estar-junto à toa”. (MAFFESOLI, 2004, p. 115).

A origem da “tribo” *verdejante*, posteriormente institucionalizada na Organização Não Governamental Verdejar Socioambiental, tem relação com esse encontro pelas veredas da montanha e com a partilha do desejo de ver novamente a Serra da Misericórdia coberta de florestas.

De fato, o nome dessa comunidade emocional tem íntima relação com uma série de caminhadas coletivas nas quais a enunciação pedestre (CERTEAU, 1998) fazia a liga entre iniciados e neófitos às jornadas pela preservação desse maciço cercado de tiroteios e belezas. Luiz Marins, na verdade, ficou conhecido como Luiz Poeta em toda a cidade por seu hábito de compilar em versos memorizados as experiências pioneiras pela serra. Vale lembrar que “[...] uma vez que numa cultura oral o conhecimento conceitual que não é reproduzido em voz alta logo desaparece, é preciso desprender uma grande energia em dizer repetidas vezes o que foi apreendido arduamente através dos tempos” (ONG, 1998, p. 52).

Fazia parte das atividades *verdejantes* uma série de caminhadas pela montanha. A cada pausa para descanso ou lanche, se contava a história de uma árvore retorcida por ter sobrevivido muitas vezes a incêndios; ou de um de seus picos, como é o caso do pedido da montanha de se ver novamente coberta de verde, talvez sua poesia mais famosa, cristalizando a identidade coletiva de seus iniciados segundo me narraram.

VERDEJAR

Morar em Piabas⁹: quando será?
A Serra é quem clama: Misericórdia!
Porém, entre balas e fumaças: Zona Norte, Rio!
A Serra se lança em seu maior desafio: verdejar já!
Já te amo, Serra da Misericórdia, te amo!

9 Uma localidade que se encontra protegida desde 1975 ao compor o Parque Estadual da Pedra Branca.

O seu verde precisa verdejar nessa redondeza sem paz, pálida e poluída.
Te amo, Serra da Misericórdia, te amo!

Penha, Inhaúma, Olaria, Complexo do Alemão, Ramos e Bonsucesso
Engenho da Rainha, Tomás Coelho Vicente de Carvalho,
Vila Cosmos, Vila da Penha e Penha Circular...
Circundam a Serra da Misericórdia!
Te amo, Serra da Misericórdia, te amo!

O seu verde precisa verdejar nessa redondeza sem paz, pálida e poluída!
Te amo, Serra da Misericórdia, te amo!¹⁰

Ao longo de mais de vinte anos, esses versos primeiramente enunciados em 1997 atravessam a Serra da Misericórdia. Outras poesias também povoam esse imaginário coletivo e servem de inspiração para o desenvolvimento de novas formas de preservação ambiental e sensibilização de demais moradores das favelas aos potenciais da área verde. Uma poesia sobre as águas que escorrem das pequenas nascentes que brotam pela montanha serve de insumo à transformação das simples casas das favelas em moradias sustentáveis dotadas de captação de água da chuva, hortas e aquecedores solares; outra, uma conversa de passarinhos, indica ser tempo de começar o plantio de novas árvores; uma outra faz o pedido pela valorização da vida e harmonia entre humanos e não humanos:

BALA TÁ BARATA (SOS SERRA DA MISERICÓRDIA)

Oh, pai, me ajudai: a serra verdejai,
Não deixai jamais que concretai!
Oh, pai, me ajudai: a serra pacificai
Não deixai jamais que violentai.

TÁ TÁ TÁ PÁ PUM TÁ TÁ TÁ PÁ PUM
Bala tá barata TÁ TÁ TÁ
Bala TÁ baraTÁTÁTÁ
Bala TÁ baraTÁTÁTÁ
Bala tá barata TÁ TÁ TÁ¹¹

Paz e amor eu peço por favor, pelo Nosso Senhor!
Por esse lamento não me diga “não”
Seja Juramento ou Complexo do Alemão,

10 VERDEJAR SOCIOAMBIENTAL. Site oficial. Disponível em: <https://www.verdejar.org/poesias>. Acesso em: 10 set. 2019.

11 Conta a memória coletiva que durante a enunciação da onomatopeia que restitui os sons de um tiroteio, Luiz Poeta se jogava no chão, se escondia e se abrigava das balas restituídas pela imaginação poética do conflito indesejado.

Engenho da Rainha ou Serrinha,
Urubu ou Fazendinha.

Pelo Nosso Senhor eu peço por favor!
Paz e Amor!

Eu sei que não somos eternos
Mas queremos viver: sem árvores e os rios
Não teremos ar pra respirar: nem água pra beber.
Sem amor e paz não haverá bons tempos para se viver
Cuidemos da vida e não vamos morrer

Que não seja sonhar demais
A paz entre humanos e humanos
Humanos e vegetais
Humanos e minerais
Humanos e demais animais.¹²

De fato, não faltam conflitos no enorme espaço da Serra da Misericórdia. No começo do século, quando iniciavam o reflorestamento de uma das encostas da montanha, os *verdejantes* se depararam com uma série de demarcações em barbanete e arame: “grileiros” haviam vendido parte da montanha aos moradores do futuro (SIMAS, 2007). Destemidos, os *verdejantes* arrancaram as marcações feitas por esse empreendimento ilegal, enfrentando jagunços armados com um novo tipo de eco-limite¹³: uma horta comunitária foi construída no local da demarcação ilegal, criando um espaço que fomenta a sociabilidade entre os moradores da pequena comunidade Sérgio Silva e estancando o crescimento da favela por aqueles lados desde então.

Com o crescimento dos conflitos armados na região devido a um novo paradigma de segurança pública pautado na necropolítica (MBEMBE, 2016), como a “reconquista” de territórios pelas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), uma história terrível passou a povoar o imaginário coletivo dos moradores desses arredores.

Por ocasião da implementação da UPP do Complexo do Alemão, evento largamente midiaticizado¹⁴, um enorme confronto aconteceu nas matas que compõem o maciço misericordiano. A chacina de jovens supostamente envolvidos com o tráfico de drogas tomou dimensões terríveis pois, não permitido o acesso da Polícia Civil ou do Instituto Médico Legal à perícia dos corpos e tampouco que os moradores fossem

12 VERDEJAR SOCIOAMBIENTAL. Site oficial. Disponível em: <https://www.verdejar.org/poesias>. Acesso em: 10 set. 2019.

13 Ação estratégica da Prefeitura do Rio de Janeiro para a preservação de áreas ameaçadas, eminentemente em favelas, consiste na construção de obstáculos físicos (como muros) interpostos entre áreas edificadas e a proteger.

14 Em 2011, o Jornal Nacional foi agraciado com um Emmy Internacional por essa cobertura. Vide matéria: AGÊNCIA EFE. Rede Globo ganha Emmy Internacional com Jornal Nacional. G1, Nova York, 27 set. 2011. Pop e Arte. Disponível em: <http://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2011/09/rede-globo-ganha-emmy-internacional-com-jornal-nacional.html>. Acesso em: 13 set. 2019.

resgatar os seus familiares mortos, os cadáveres apodreceram às sombras das árvores e porcos que andam livres por esses arredores comeram seus rostos (LIMA, 2017). Esse episódio terrível de certo modo atravessa o imaginário coletivo dos vizinhos à Serra da Misericórdia e dificulta as atividades *verdejantes*, pois o medo da morte passou a ser um grande mediador das relações com o espaço.

Se no passado as caminhadas pelas trilhas da montanha, o manejo de hortas e os sistemas agroflorestais (SAFs) que existem entre a favela e o remanescente verde geravam laços entre os iniciados e neófitos, a necropolítica desenvolvida estrategicamente pelo Estado do Rio de Janeiro tem levado à necessidade de novas táticas de sensibilização quanto às potencialidades que a Serra da Misericórdia pode oferecer em tempos de paz.

Vale o comentário quanto às práticas tecidas no cotidiano em sua agremiação tática ou estratégica. Enquanto estratégia, entendo as ações que partem de um próprio estabelecido (CERTEAU, 1998, p. 99), como é o caso do monopólio do uso legítimo da força exercido pelo Estado do Rio de Janeiro ou a decisão de não implementação de uma área de preservação na Serra da Misericórdia. Em contraposição a esses fazeres do mundo cartesiano da estratégia, cabe aos *verdejantes* o emprego de táticas, um jogo desenvolvido de acordo com o senso de oportunidade (CERTEAU, 1998, p. 100), como a transformação do desejo de acesso a alimentos saudáveis numa campanha de comunicação sobre a trajetória coletiva desses bravos ambientalistas misericórdianos.

5 A IMPORTÂNCIA DO DIÁLOGO

Dada essa dicotomização do mundo tecido no cotidiano, ao longo do ano de 2018 os *verdejantes* têm desenvolvido novas táticas de comunicação com os moradores da comunidade vizinha ao espaço verde que lhes empresta a identidade. O medo que povoa a Serra da Misericórdia é um dos principais desafios que enfrentam pois, como me contaram:

– Alguns moradores têm muito medo da mata... Mas, poxa... Tem mais tiroteio lá no beco do que na horta, do que no SAF... Mas é o medo... As pessoas têm esse medo da mata que às vezes não tem nada... Aí a gente fica pensando em como envolver mais gente nas atividades...¹⁵.

Se fazia necessária uma relação mais próxima entre os *verdejantes* e demais moradores da comunidade tanto para comunicar a trajetória coletiva da “tribo” ambientalista quanto para divulgar os benefícios que o remanescente verde pode trazer à vida das pessoas e envolver um maior número de cidadãos nas campanhas de preservação da Serra da Misericórdia.

Num pequeno livro no qual apresenta as dificuldades de comunicação entre técnicos e agricultores, Paulo Freire (1921~1997) apresenta um modelo de comunicação popular de base dialógica. O cerne de seu pensamento se desenvolve sobre o encontro de duas formas de saber – uma “lógica” e outra “mágica” (FREIRE, 1977, p.

15 Um verdejante, em entrevista concedida ao autor em novembro de 2018.

31) – que, em contato, se misturam e se transformam, inclusive desenvolvendo novas práticas sociais de ação sobre o mundo. Segundo Freire, seria através da inclusão da fala e dos desejos de demais moradores da comunidade Sérgio Silva – e não apenas das aspirações de transformação social dos *verdejantes* – que uma relação dialógica poderia ocorrer ao se traduzir numa experiência concreta (FREIRE, 1977, p. 52). Assim, o diálogo nos leva a pensar em algo que não havíamos pensado antes, graças à presença e à fala do outro, como aconteceu nesse caso.

Uma vez que boa parte dos moradores da pequena comunidade Sérgio Silva não se atreve a adentrar na mata onde há uma horta comunitária que produz alimentos agroecológicos, um sistema agroflorestal (SAF) que produz frutas, flores e madeira, além de uma cozinha comunitária a céu aberto, os *verdejantes* realizaram um pequeno censo comunitário para tentar mapear uma vez mais os conhecimentos e desejos locais de outros conviveres da comunidade onde, há mais de vinte anos, moram e realizam um sem número de atividades.



Figura 3: Jovens *verdejantes* realizando um censo comunitário.

Fonte: Verdejar Socioambiental (2018).

Os resultados desse pequeno censo comunitário, verdadeira prática dialógica (FREIRE, 1977) baseada na visão de mundo dos demais moradores não iniciados à comunidade emocional, segundo um viés participativo (PERUZZO, 1998), forneceu aos *verdejantes* três pistas de trabalho: em primeiro lugar, era desejável mais árvores frutíferas nos arredores da favela; em segundo, se detectou o desejo de construção de uma pequena praça na íngreme rua que sobe o morro e dá acesso às casas;

em terceiro, se manifestou a necessidade de outro tipo de acesso aos alimentos agroecológicos.

Numa reunião realizada um mês depois, ao final daquele ano, os *verdejantes* realizaram o planejamento das atividades para 2019, que contaria com um mutirão para a transformação de uma calçada em uma pequena praça, o plantio de árvores frutíferas e, em outro momento, a realização de um novo tipo de espaço de consumo e sociabilidade: a primeira Feira Agroecológica da Serra da Misericórdia.

Talvez aqui valha um comentário sobre esse tipo de espaço no qual se aventuraram os *verdejantes*, uma vez que “[...] as ruas das grandes cidades brasileiras são espaços privilegiados para a compreensão das dinâmicas urbanas no que tange ao consumo, ao trabalho, ao lazer e à sociabilidade” (CORRÊA; DUBEUX, 2019, p. 6). Partindo desse estudo realizado sobre a rua do Lavradio, no Centro do Rio de Janeiro, as autoras tecem comentários sobre perspectivas antropológicas do consumo segundo vasta literatura tendo como ponto importante a obra de Marcel Mauss (1987~1950) e seu estudo sobre a economia do dom.

Nesse famoso texto sobre as formas arcaicas do contrato, Marcel Mauss discorre sobre os processos de dádiva tecidos por sociedades ditas tradicionais. Se ampara em um grande número de processos e estudos desenvolvidos no coração da sociologia descritiva como o do potlach americano e o kula no pacífico ocidental. Desenvolve suas considerações sobre esses “fatos sociais totais” ao afirmar que se pode observar nas “coisas sociais em movimento” certo “[...] caráter voluntário, por assim dizer, aparentemente livre e gratuito, e no entanto obrigatório e interessado, dessas prestações” (MAUSS, 2017, p. 194).

O caráter interessado que atravessa a troca de bens, já salientado por Mauss nesse estudo clássico, talvez tenha se apresentado aos *verdejantes* através dessa prática dialógica possibilitada por um censo comunitário. Se por um lado os moradores não se envolvem diretamente com as atividades preservacionistas que esses ambientalistas desenvolvem na perigosa Serra da Misericórdia, por outro, desejam bens advindos de suas práticas de agricultura urbana. Aos *verdejantes*, por sua vez, realizar um espaço de consumo poderia aprofundar as relações com demais moradores da comunidade através da troca interessada de presentes pois, como relembra Mauss (2017, p. 221), não se trocam apenas bens, afinal, “[...] trata-se, no fundo, de misturas. Misturam-se as almas nas coisas, misturam-se as coisas nas almas. Misturam-se as vidas, e assim as pessoas e as coisas saem cada qual de sua esfera e se misturam: o que é precisamente o contrato e a troca”.

6 UM ESPAÇO DE CONSUMO E SOCIABILIDADE

No dia 25 de fevereiro de 2019, um sábado, não houve tiroteio e algo muito diferente era preparado no larguinho que dá acesso à comunidade Sérgio Silva. A imensa lona que abriga o baile *funk* da localidade foi armada logo pela manhã: em sua sombra algumas mesas formavam uma banca cheia de hortaliças – algumas produzidas na horta comunitária que os *verdejantes* fazem cuidar, outras trazidas de um pequeno assentamento rural no município de Magé. Ao fun-

do, uma maca foi armada a quem quisesse receber gratuitamente uma sessão de massoterapia e, em outro canto, uma cadeira foi disposta para que as mulheres da Rede Fitovida¹⁶ pudessem oferecer tratamentos alternativos a partir de plantas medicinais.



Figura 4: Montagem da feira no começo da manhã.
Fonte: Verdejar Socioambiental (2019)

Ao saírem ou voltarem para suas casas, os moradores da pequena comunidade de Sérgio Silva passavam por esse curioso espaço que contava com essa “Barraca Comida de Verdade” e com a “Tenda da Saúde”. Foi o caso de uma moradora que, indo ao mercado que fica “no asfalto” para comprar carne de frango que utilizaria para preparar o almoço, parou naquela feira para ver um pouco do que se vendia:

- Gente, olha essa banana... E esse palmito... Tudo lindo, gente! Tá quanto?
- É comida de verdade! São “produtos da gente”! Tudo sem veneno, fresquinho, vindo direto do agricultor!¹⁷

Desde 2009 uma série de iniciativas de agricultura dispersas por toda a mancha urbana do Rio de Janeiro se agremiaram na Rede Carioca de Agricultura Urbana (a REDE CAU), da qual os *verdejantes* são partícipes desde a fundação. Buscando maior visibilidade para as práticas de agricultura na cidade, desde 2015 essa rede tem se empenhado numa “campanha de comunicação”: a constituição de um selo alternativo chamado “produtos da gente” que, segundo uma das cartilhas informativas que se podiam encontrar na Feira Agroecológica da Serra da Misericórdia, se trata de uma marca que “[...] representa o que a agricultura familiar produz na região metropolitana do Rio de Janeiro. São alimentos, artesanatos e outros produ-

16 Existente na cidade desde os anos 1970, a Rede Fitovida é fruto das iniciativas da Igreja Católica à promoção da saúde através de saberes tradicionais (SILVA, 2016).

17 Diálogo registrado em vídeo pelo autor em 23 de fevereiro de 2019. Acervo pessoal.

tos que levam renda para os agricultores familiares e saúde para os consumidores” (AS-PTA, 2015, p. 4).

Talvez valha aqui fazer a distinção entre os alimentos orgânicos – aqueles cultivados sem o uso de pesticidas (uma questão técnica) – e os agroecológicos – que desenvolvem um tipo de ecologia profunda na sua circulação pelo social (uma questão ética).

Se os alimentos orgânicos são pautados por uma questão quase que exclusiva de produção, uma vez que fica vedado o uso de fertilizantes, agrotóxicos e organismos geneticamente modificados, os agroecológicos devem ser entendidos enquanto uma variante do pensamento ambientalista pautado por uma ética-estética (MAFFESOLI, 2004) que atravessa da produção ao consumo e tenta incorporar as três ecologias (GUATTARI, 1990) necessárias ao equilíbrio do mundo: pois não se pode dissociar o social do ambiental e do subjetivo. Desse modo, a circulação dos alimentos agroecológicos se faz acompanhar das histórias desses bens e das pessoas que os produzem (KOPYTOFF, 2008), restituindo as misturas entre pessoas e coisas como conta recorrentemente Leudicéia:

Graças a Deus eu posso irrigar com uma água mineral, porque a gente consegue fazer a captação de água direto da nascente... Então a água que irriga a minha horta é uma água de excelente qualidade. A gente só produz orgânico... Porque usar agrotóxico faz mal não só pros outros consumidores, mas também pra nós... Na sexta-feira de tarde, quando o sol já não está muito quente, a gente colhe as coisas... Aí no sábado de manhã eu só colho a alface.¹⁸

Assim, essa feira realizada em plena favela operacionaliza a diferença através do que os *verdejantes* e os demais associados à Rede Carioca de Agricultura Urbana chamam “preço justo” pois, uma vez que seus alimentos circulavam através de “cadeias curtas” de distribuição, isto é, diretamente com os agricultores que os produzem localmente, na própria região metropolitana, os moradores da comunidade podiam contornar “[...] grandes abismos de conhecimento do mercado final de parte do produtor [que] conduzem, em geral, a lucros altos no comércio e a uma relativa destruição da região ou da classe produtora em relação aos consumidores e comerciante” (APPADURAI, 2008, p. 62).

Através da constituição dessa pequena feira agroecológica, em verdade, uma nova rota (APPADURAI, 2008, p. 31) aos alimentos saudáveis, se pretende realizar um duplo movimento: se por um lado se deseja reduzir a mercantilização do conhecimento sobre as mercadorias tão em voga na contemporaneidade, por outro, se procura valorizar uma fase da vida dos bens produzidos pelos próprios *verdejantes* nas encostas da Serra da Misericórdia. (APPADURAI, 2008). Vejamos um exemplo de um deles.

Ao lado dos curiosos alimentos trazidos por Leudicéia diretamente de Magé – como palmito pupunha, ovos, diversos pães repletos de sementes, bananas e demais

18 PRODUTOS DA GENTE (Brasil). Magé tem produtos da gente. Magé, 14 mar. 2018. Facebook: Produtos da gente. Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=1852302591735246>. Acesso: 9 nov. 2019.

bens desejados –, outros, talvez aparentemente mais frugais, se faziam presentes: aqueles produzidos pelos próprios *verdejantes* na pequena horta comunitária que viceja em contato com a mata, como é o caso de um vegetal folhoso que atende pelo nome de chaya.

Sua chegada à Serra da Misericórdia tem íntima relação com a trajetória coletiva verdejante: a primeira muda desse vegetal de domesticação maia chegou à cidade do Rio de Janeiro pelas mãos de Luiz Poeta que, ao realizar uma viagem em bicicleta pelo altiplano boliviano, recebeu uma estaquia dessa planta de presente de um amigo (MORELATO, 2019). À época, Luiz Poeta procurava formas alternativas de amenizar o câncer ósseo do qual sofria e, uma vez que a chaya tem a fama de amenizar tal doença (ROSS-IBARRA; MILINA-CRUZ, 2002), passou a cultivar e consumir suas folhas semanalmente. Aos que se envolvem nos infindáveis mutirões realizados pelos *verdejantes*, é frequentemente oferecida uma estaquia dessa planta como forma de retribuir o trabalho voluntário, de modo que sua presença nos arredores da Serra da Misericórdia a faz vegetal abundante.

Em outras partes da cidade – como na Feira Orgânica da Glória ou na Feira Agroecológica de Olaria –, um molho dessa verdura pouco convencional é vendido ao preço de cinco reais. Na comunidade Sérgio Silva, no entanto, ela é “[...] parte de uma classe de coisas singulares de tão pouco valor que não chegava a ter um valor de troca reconhecido” (KOPYTOFF, 2008, p. 102), como é o exemplo da mandioca em sociedades tradicionais da República dos Camarões.

Ao se colocar a chaya à venda na feira agroecológica da Serra da Misericórdia, talvez o objetivo não fosse apenas o de transformar momentaneamente aquele bem numa mercadoria, mas comunicar aos demais moradores da comunidade os valores das atividades *verdejantes* na busca por uma alimentação saudável e de origem local através do deslocamento de um bem comum, afinal, “[...] em qualquer sociedade, o indivíduo frequentemente se vê imprensado entre a estrutura cultural da mercantilização e suas próprias tentativas pessoais de colocar uma ordem valorativa no universo das coisas” (KOPYTOFF, 2008, p. 104)

Assim se passou o dia, possibilitando o consumo de produtos agroecológicos e conversando com os demais moradores da comunidade, difundindo as pautas da agroecologia pela cidade, viabilizando o acesso a “alimentos de verdade” através do selo “produtos da gente”. Ao levar para casa esses alimentos, os moradores da comunidade Sérgio Silva partilhavam com os bravos ambientalistas da Serra da Misericórdia não apenas objetos, mas também as histórias, propriedades, valores e talvez o desejo de paz e amor entre humanos e não humanos. Ao final da tarde, uma pequena peça de teatro idealizada e encenada pela juventude verdejante encerrou as atividades. Tomando a própria feira como cenário, o pequeno enredo idílico dessa peça narrava o levante do povo perante a agroindústria: produtores e consumidores se negavam a adquirir o “veneno” oferecido por um representante de transnacionais que, expulso dos arredores pelo clamor popular, nunca mais voltaria à Serra da Misericórdia. Todos poderiam consumir, em paz, os alimentos livres

de pesticidas e da especulação, os “alimentos de verdade” que formam os produtos da gente.

De fato, parece que essa iniciativa de consumo e sociabilidade tem sedimentado novas formas de comunicação pela Serra da Misericórdia pois, desde então, às quartas-feiras, os *verdejantes* têm montado uma pequena barraca de feira ao sopé do morro que dá acesso à comunidade Sérgio Silva: a pequena produção da horta comunitária e do sistema agroflorestal manejados por eles é vendida a preço quase simbólico àqueles que desejam acesso a esse tipo de alimento de origem local. Também se aceitam encomendas de produtos – como mudas, verduras ou terra adubada – e se articulam os próximos passos dessa caminhada coletiva pela preservação da última área verde da Leopoldina através das práticas da agricultura urbana em favelas que a circundam.



Figura 5: A pequena feira agroecológica que acontece semanalmente.
Fonte: Verdejar Socioambiental (2019).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste artigo, teci considerações sobre a tensão entre mercantilização e singularização constituintes da paisagem que marca o imaginário da cidade do Rio de Janeiro; resgatei parte da história do movimento agroecológico da Zona Norte da cidade; mencionei como ações táticas de tessitura de novas rotas podem ter origem no diálogo; demonstrei como os pressupostos éticos atravessam os fazeres agroecológicos e descrevi parte das atividades de consumo e sociabilidade que aconteceram por ocasião da primeira edição de uma feira de rua realizada em plena favela.

A título de conclusão, vale aqui o comentário sobre o deslocamento de discurso e práticas ambientalistas pois, até os anos 1970, quando da realização da Conferência de Estocolmo (1973), as questões de desequilíbrio entre as pessoas e o meio ambiente eram encaradas como passíveis de resolução apenas através de uma reformulação das atividades de produção.

O grande prejuízo ambiental criado pelas sociedades industrializadas do norte global, acrescido das altas taxas de natalidade do sul e da predação dos recursos naturais de todo o planeta, só seria passível de reequilíbrio à medida que novas relações de trabalho fossem estabelecidas.

A esfera do consumo, deliberadamente esquecida nessa equação do social, era tida como um dos elementos que antecipavam a destruição do planeta. Acontece que com a ascensão dos estudos sobre o mundo dos bens, esse fazer social passou

[...] a ser reconhecido como parte integrante do mesmo sistema social que explicita a disposição ao trabalho, ele próprio parte integrante da necessidade social de relacionar-se com outras pessoas, e de ter materiais mediadores para essas relações. Esses materiais são: comida, bebida, hospitalidade da casa para oferecer, flores e roupas para sinalizar o júbilo compartilhado, ou vestes de luto para compartilhar a tristeza. Os bens, o trabalho e o consumo tem sido artificialmente abstraídos da totalidade do esquema social (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2009, p. 26).

Reabilitado enquanto categoria sociológica de primeira importância para o entendimento de novas formas de ação política tecidas coletivamente (PORTILHO, 2010, p. 37) ao atravessarem as cidades como o Rio de Janeiro (CORRÊA; DUBEUX, 2019), o mundo do consumo tem apresentado soluções às questões ambientalistas e, em especial, aos fazeres agroecológicos: pois é através dessa dimensão do social que se poderá, se não salvar o planeta, ao menos tornar a parte das terras cariocas mais justas, saudáveis e sustentáveis – como talvez os *verdejantes* saibam muito bem.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de Almeida. A evolução urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPP, 2013.
- ALTIERI, Miguel. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012.
- APPADURAI, Arjun. A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.
- AS-PTA AGRICULTURA FAMILIAR E AGROECOLOGIA. Cartilha Produtos da Gente. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2015.
- CAIAFA, Janice. A aventura das cidades: ensaios e etnografias. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- CAIAFA, Janice. Trilhos da cidade: viajar de metrô no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.
- CAMPOS, Pedro Henrique Pereira. Nos caminhos da acumulação: negócios e poder no abastecimento de carnes verdes para a cidade do Rio de Janeiro (1808-1835). São Paulo: Alameda, 2010.
- CAVALCANTI, Nereu. O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade da invasão francesa até a chegada da Corte. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: artes do fazer. Petrópolis: Vozes, 1998. v. 1.
- CHAO, Adelaide; MAIA, João. Subúrbio carioca: transformações e fluxos comunicacionais na cidade. Conexão – Comunicação e Cultura, Caxias do Sul, v. 15, n. 29, 2016.
- CORRÊA, Armando Magalhães. O Sertão Carioca. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2017.
- CORRÊA, Sílvia Borges; DUBEUX, Veranise Jacobowski Correia. Consumo e sociabilidades na Lavradio, a rua dos antiquários. Curitiba: INTERIN, Curitiba, v. 24, n. 2, jul./dez. 2019.
- DEAN, Warren. A ferro e fogo: a história da devastação da Mata Atlântica Brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- DEL PRIORE, Mary. Histórias da gente brasileira: Império. São Paulo: LeYa, 2016. v. 2.
- DIEGUES, Antônio Carlos Sant'Ana. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Hucitec, 2008.
- DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.
- FERNANDEZ, Annelise Caetano Fraga. Um Rio de florestas: uma reflexão sobre o sentido da criação de parques na cidade do Rio de Janeiro. Revista Estudos de História, Rio de Janeiro, v. 24, n. 47, 2011.
- FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- GUATTARI, Félix. As três ecologias. Campinas: Papyrus, 1990.
- KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, Arjun. A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.
- LIMA, Tatiana da Silva. Onde estão os mortos?: silenciamentos, discursos e sentidos midiáticos da pacificação do Complexo do Alemão. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-graduação em Mídia e Cotidiano, Niterói, 2017.
- MAFFESOLI, Michel. A transfiguração do político: a tribalização do mundo. Porto Alegre: Sulina, 1997.
- MAFFESOLI, Michel. O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- MAFFESOLI, Michel. Saturação. São Paulo: Iluminuras, Itaú Cultural, 2010.
- MATTOS, Claudemar et al. Território: Região Metropolitana do Rio de Janeiro. In: LONDRES, Flavia;

PETERSEN, Paulo; MARTIN, Gustavo (org.). Olhares agroecológicos: análise econômico-ecológica de agroecossistemas em sete territórios brasileiros. Articulação Nacional de Agroecologia (Brasil). Rio de Janeiro: AS-PTA, 2017. p. 40-59. Disponível em: https://www.agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2017/06/livro_OLHARES-AGROECOLOGICOS_web.pdf. Acesso em: 10 set. 2019.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a dádiva – forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia. São Paulo: UBU Editora, 2017.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. Revista Artes & Ensaios, Rio de Janeiro, n. 32, 2016.

MORELATO, Rodrigo Rossi. A Árvore de Espinafre: apontamentos sobre a memória, a dádiva e o rizoma ambientalista. In: CONGRESSO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 42., 2019, Belém. Anais [...], Belém: UFPA, 2019.

ONG, Walter. Oralidade e cultura escrita: a tecnologização da palavra. Campinas: Papirus, 1998.

PERUZZO, Cícilia Maria Kroling. Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania. Petrópolis: Vozes, 1998.

PORTILHO, Fátima. Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania. São Paulo: Cortez, 2010.

RIO DE JANEIRO. Decreto n. 19144, de 14 de novembro de 2000. Cria a Área de Proteção Ambiental e recuperação urbana da Serra da Misericórdia – AP-3. Rio de Janeiro: Câmara Municipal, [2000]. Disponível em: <http://wpro.rio.rj.gov.br/decretosmunicipais/>. Acesso em: 10 set. 2019.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 33280 de 16 de dezembro de 2010. Renomeia o Parque Municipal da Serra da Misericórdia como Parque Municipal Urbano da Serra da Misericórdia, estabelece seus limites e dá outras providências. Rio de Janeiro: Câmara Municipal, [2010]. Disponível em: <http://wpro.rio.rj.gov.br/decretosmunicipais/>. Acesso em: 10 set. 2019.

RIO DE JANEIRO. Parque Madureira: estudo de caso em obras públicas sustentáveis. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Urbanismo, Infraestrutura e Habitação, 2018.

ROSS-IBARRA, Jeffrey; MILINA-CRUZ, Alvaro. The ethnobotany of chaya (*Cnidoscolus aconitifolius* ssp. *aconitifolius* Breckon): a nutritious Maya Vegetable. *Economic Botany*, Bronx (NY), v. 56, n. 4, p. 350~356, 2002.

SILVA, Uschi Cristina. Rede Carioca de Agricultura Urbana: desafios e possibilidades na construção da agroecologia na cidade. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

SIMAS, Eduardo Nogueira Bello. Tem meio-ambiente na favela?: Ambientalismo na Serra da Misericórdia. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

SODRÉ, Muniz. A ciência do comum: notas para o método comunicacional. Petrópolis: Vozes, 2014.